



CAPA

espanhol Baltasar Garzón, famoso por ter mandado prender, em 1998, o ex-ditador chileno Augusto Pinochet.

Essas visitas terminam com declarações pró-Lula e os visitantes a reproduzir sua visão em casa. Garzón disse, por exemplo, não ter “um milímetro de dúvida” sobre a inocência do petista. Ao site de *CartaCapital*, afirmou que Lula é vítima de “perseguição muito grande” e de *lawfare*, o uso da lei como arma de guerra. Em agosto, Garzón e outros 16 juristas internacionais assinaram um manifesto dirigido ao Supremo em que pediam a soltura do ex-presidente e a anulação da sentença. Uma das razões eram as revelações das conversas secretas. “Ficamos chocados ao ver como as regras fundamentais do devido processo legal brasileiro foram violadas sem qualquer pudor”, diz o texto.

Entre os signatários, há ex-juiz do Supremo do México (Diego Valadés) e da Colômbia (Pablo Cáceres), ex-ministro da Justiça de Portugal (Alberto Costa) e uma sumidade no tema “garantias de defesa” (o italiano Luigi Ferrajoli). Outra assinatura é particularmente curiosa, de Susan Rose-Ackerman, de 77 anos, professora da Escola de Direito da Universidade Yale, nos Estados Unidos. Trata-se da “maior especialista do mundo sobre corrupção”. Quem diz? Deltan Dallagnol. Foi o que ele escreveu em abril de 2016, no Twitter, após conhecê-la. Comentário seguido de foto com Susan.

Convencer o mundo de que o *impeachment* de Dilma Rousseff não foi golpe era prioridade da política externa do governo Michel Temer. Logo após os deputados aprovarem o início do processo, em abril de 2016, o então senador tucano Aloysio Nunes Ferreira, que em 2017 seria nomeado ministro das Relações Exteriores de Temer, viajou aos EUA para pedir ajuda contra a tese do “golpe”. Agora mudou de ideia, graças às conversas secretas. À *Folha* de 27



Flávio foi salvo pelo gongo de Toffoli, Aloysio Nunes arrepende-se tardivamente

de setembro, disse ter havido “manipulação política do *impeachment*” com a divulgação ilegal, por Moro, do telefonema, gravado igualmente de modo ilegal, entre Dilma e Lula, em março de 2016. E se disse “chocado” com a revelação de que a delação do ex-ministro petista Antonio Palocci foi distribuída por Moro com fins políticos, na eleição de 2018.

Em seu livro, Rodrigo Janot aponta, de forma meio envergonhada, a partidarização da Lava Jato e cita a delação de Palocci, que “ajudou a municiar um dos lados do jogo político”, como exemplo. Menciona outro episódio, este da eleição de 2014: uma capa da *Veja* em que o doleiro Alberto Youssef dizia: “Eles sabiam de tudo”. “Eles” eram Dilma, candidata à reeleição, e Lula. “Tudo”, frau-



des na Petrobras. Acusações “destituídas de qualquer valor jurídico”, escreve Janot, pois Youssef não sabia de nada do Palácio do Planalto. As comentar essas histórias, Janot diz que certa vez ouviu de um membro da Lava Jato, no início da operação, em 2014, que o plano em Curitiba era “horizontalizar” as investigações. O que seria isso, Janot diz não ter entendido à época. “Só depois de muito tempo, quando vi Sérgio Moro viajando ao Rio de Janeiro para aceitar o convite para ser o ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro, é que me veio de novo à cabeça aquela expressão. Horizontalizar implicaria uma investigação com foco num determinado resultado?”

Eureka! •

PEDRO FRANÇA/AG. SENADO E MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO

**JANOT AINDA:
“A DELAÇÃO
DE PALOCCI
AJUDOU UM DOS
LADOS DO JOGO
POLÍTICO”**